

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.

No dia dezenove do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e cinco minutos, foi realizada uma reunião extraordinária em formato híbrido (online e presencial) pelo link disponibilizado no grupo do CODEMA, pela plataforma Meet, e presencialmente na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. A seguir, estão listados os membros do CODEMA que participaram da presente reunião: Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade e presidente do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sr. Marcelo Gomes de Lima, representando o DEMSUR; Sr. Mauro Francisco de Aquino, representando a Secretaria de Obras Públicas; Sr. Vander Bruni da Silva, representando CRBIO; Sr. Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sra. Taynara Kerolayne Santos Elizeu, representando a FASM; Sra. Arielle Canedo Campos, representando a ONG IRACAMBI; Sr. Adair Rodrigues da Fonseca, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sra. Walkyria Edna Fabiano Mansôr, representando a Secretaria de Agricultura; e Sr. Jean Carlos Martins Silva, representando a Associação Franciscana. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, Presidente, deu início à reunião cumprimentando os membros presentes e esclarecendo que esta fora convocada em caráter de urgência, em razão de solicitação encaminhada pelo Departamento Municipal de Saneamento Urbano (DEMSUR). Informou, ainda, que o parecer técnico referente ao assunto em pauta havia sido previamente enviado ao grupo para análise. Em seguida, a Sra. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Marcelo Gomes de Lima, membro deste Conselho e representante requerente do Processo nº 42762/2025, para expor os motivos da solicitação. O Sr. Marcelo Gomes de Lima, representante do DEMSUR, explicou que, por meio do processo mencionado, foi formalizado o pedido de supressão de treze (13) árvores localizadas na área de servidão municipal da Rua dos Coqueiros, no bairro Recanto Verde, nas proximidades da UBS do referido bairro. Destacou que a supressão se torna necessária em virtude da existência, no local, de uma adutora de água bruta já instalada pela autarquia, sendo imprescindível a construção de uma nova adutora destinada ao aumento da capacidade de captação de água bruta. Informou que, diante do processo de expansão demográfica do Município, a duplicação da capacidade de adução é fundamental para prevenir futuros problemas de desabastecimento de água. Ressaltou, ainda, a relevância da obra em razão do convênio estabelecido entre o Município e o Governo Federal para viabilização dos recursos destinados à construção da adutora que ligará o Rio Glória à ETA Gávea. Explicou, também, que não existem alternativas locais viáveis, pois a adutora já existente foi implantada na década de 1970, e, por questões logísticas e financeiras, a nova adutora deve ser construída na mesma servidão. Por tais razões, solicitou a devida autorização para a supressão das árvores. Concluída a justificativa, a palavra foi passada ao Sr. Douglas Barbosa Castro, responsável pela exposição do parecer técnico aos membros do Conselho. Ele apresentou a localização das árvores e informou que a área não constitui fragmento florestal, não está inserida em Área de Preservação Permanente (APP), não se encontra em Zona Rural e, embora se trate de área verde, foi apresentada toda a documentação legal exigida para seu uso. Destacou que, diante do interesse público predominante, da baixa relevância ambiental da maior parte das espécies e da ausência de alternativas locais, a supressão é considerada ambientalmente aceitável, desde que acompanhada das devidas medidas compensatórias. Considerando o interesse público da obra; a comprovação de utilidade pública formalizada por decreto; a inexistência de APP ou fragmento florestal; e a baixa relevância ambiental dos indivíduos arbóreos, a Câmara Técnica manifestou-se favorável à supressão dos treze (13) exemplares, condicionando o deferimento ao plantio compensatório mínimo de trinta e quatro (34) mudas de espécies nativas, conforme diretrizes da Lei Municipal nº 6.164/2021, sendo: 5 (cinco) mudas para cada espécie nativa suprimida ($2 \times 5 = 10$); e 2 (duas) mudas para cada espécie exótica suprimida ($11 \times 2 = 24$). As mudas deverão atender ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, devendo ser plantadas preferencialmente em áreas públicas indicadas pelo Município, com posterior manutenção e acompanhamento técnico. Após a explanação, procedeu-se à votação, e os membros presentes manifestaram-se favoráveis ao deferimento

49 da solicitação, de acordo com o parecer técnico e as condicionantes estabelecidas. Nada mais havendo a
50 tratar, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro agradeceu a participação e a disponibilidade dos
51 membros, informando que, no dia 27 de novembro de 2025 (quinta-feira), será realizada a reunião
52 ordinária do CODEMA, seguida da Audiência Pública referente às APAs. A reunião foi encerrada as
53 treze horas e vinte e dois minutos, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada
54 pelos membros
55 presentes. _____

56 _____
57 _____
58 _____
59 _____
60 _____
61 _____
62 _____
63 —

64

65